



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1º SARGENTOS DO
QUADRO DE PRAÇAS ESPECIALISTAS (QPE), DA POLÍCIA MILITAR,
PARA O ANO DE 2007. PROVA II**

EAP 1º SGT QPE

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

NOME: _____ **Nº POL.:** _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.
3. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
4. Para cada questão existe somente uma resposta.
5. A prova terá duração de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala após transcorrido o tempo mínimo de 01:00 (uma hora).
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

1ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 5301/69 que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- A. () Nos casos de nomeação coletiva mediante concurso, de declaração de Aspirante-a-Oficial e de promoção a 3º- Sargento e a Cabo, prevalecerá, para efeito de antigüidade, a ordem de classificação obtida no concurso ou curso.
- B. () A carreira na Polícia Militar, para Oficiais e Praças, é privativa de brasileiros natos ou naturalizados, observadas as condições de cidadania, idade, capacidade física, moral e intelectual, previstas em leis e regulamentos.
- C. () Função policial-militar é exercida somente por oficiais da Polícia Militar, com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado.
- D. () Os militares da reserva e os reformados só podem usar uniformes por ocasião de cerimônias sociais, militares e cívicas. Os da reserva, quando convocados para o serviço ativo, estão dispensados do uso do uniforme.

2ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 5301/69 que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- A. () a vantagem proporcional aos encargos de família, é denominada no Estatuto como “abono salarial” e constitui o auxílio pecuniário pago ao servidor para atender, em parte, às despesas de assistência à família.
- B. () a ajuda de custo é a importância paga ao pessoal da Polícia Militar, a título de indenização pelos gastos de mudanças e instalação da nova residência, quando passar a ter exercício, compulsoriamente, em outra sede ou for deslocado por motivo de estudos ou cursos de especialização.
- C. () os aumentos de vencimentos que forem concedidos aos militares da ativa poderão atingir, nas mesmas proporções, os demais militares inativos, observada a proporcionalidade de tempo de serviço, quando a transferência para a inatividade não se processou, na época, com vencimentos integrais.
- D. () as dispensas do serviço concedidas aos militares por motivo de núpcias e luto, são de 8 (oito) e 5 (cinco) dias, respectivamente.

3ª QUESTÃO - O CEDM de Minas gerais somente não se aplica:

- A. () aos militares que se encontram de licença médica psicológica.
- B. () aos coronéis Juizes do Tribunal de Justiça Militar Estadual.
- C. () aos militares da reserva remunerada.
- D. () aos militares reformados.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

4ª QUESTÃO – De acordo com Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002 que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- A. () transgressão disciplinar é toda ofensa concreta aos princípios da ética e aos deveres inerentes às atividades das IMEs em sua manifestação elementar e simples, objetivamente especificada no CEDM , não distinguindo-se da infração penal.
- B. () a sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter repressivo e meramente informativo.
- C. () quando a ocorrência disciplinar envolver militares de mais de uma Unidade, caberá ao Comandante mais antigo, na linha de subordinação, apurar ou determinar a apuração dos fatos, adotar as medidas disciplinares de sua competência ou transferir para a autoridade competente o que lhe escapar à alçada.
- D. () a disciplina militar é a exteriorização da ética profissional dos militares do Estado e manifesta-se pelo exato cumprimento de deveres, em todos os escalões e em todos os graus da hierarquia.

5ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 5301/69 que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- A. () o limite de idade para a permanência do oficial no serviço ativo é de 70 (setenta) anos.
- B. () não será transferido para a reserva, nem reformado, antes de transitar em julgado sentença absolutória ou declarada definitivamente a impunibilidade, o militar que estiver indiciado em inquérito ou submetido a processo por crime contra o patrimônio particular ou público.
- C. () o limite de idade para permanência do oficial ou praça na reserva é de 75 (setenta e cinco) anos.
- D. () o oficial da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais ocupante do cargo de Comandante-Geral, de Chefe de Gabinete Militar do Governador ou de Chefe do Estado-Maior que completar 30 (trinta) anos de efetivo exercício poderá permanecer em serviço ativo até o final do mandato do Governador do Estado, independente do limite de idade previsto nesta Lei.

6ª QUESTÃO – De acordo com a Decisão Administrativa nº 41-a/2006-CG que dispõe sobre os efeitos da solução do ato punitivo, objeto de recurso disciplinar:

- A. () durante a vigência do efeito suspensivo, decorrente da interposição de recursos, o conceito do militar pode ser alterado antes mesmo do esgotamento da discussão em torno da matéria disciplinar.
- B. () o efeito suspensivo dos recursos não impede a alteração dos registros funcionais decorrentes da sanção aplicada.
- C. () durante a vigência do efeito suspensivo, decorrente da interposição de recursos, deve o conceito do militar permanecer inalterado até o esgotamento da discussão em torno da matéria disciplinar.
- D. () caso prevaleça a improcedência dos motivos recursais, a efetivação da primeira sanção produzirá alterações no conceito do militar, podendo se cogitar, nesta circunstância, hipótese de agravamento de pena.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

7ª QUESTÃO – De acordo com Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002 que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar:

- A. () quando o militar incorrer em ato incompatível com o exercício do cargo, função ou comissão, será destituído, independentemente da aplicação de sanção disciplinar.
- B. () após recebido o recurso disciplinar, a autoridade que aplicou a sanção poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de cinco dias, independentemente de ouvido o CEDMU.
- C. () a apresentação da queixa será feita no prazo máximo de cinco dias corridos , a contar da data do fato, e encaminhada por intermédio da autoridade a quem o querelante estiver diretamente subordinado.
- D. () a comunicação disciplinar é a formalização escrita, assinada por militar e dirigida à autoridade competente, acerca de ato ou fato contrário à disciplina, devendo ser clara, concisa e precisa, com comentários ou opiniões pessoais, a respeito dos fatos.

8ª QUESTÃO – De acordo com Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997 que dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

- A. () A continência de uma tropa para outra está relacionada à situação de conduzirem, ou não, a Bandeira Nacional e não grau hierárquico dos respectivos comandantes.
- B. () No período compreendido entre o arriar da Bandeira e o toque de alvorada no dia seguinte, a tropa apenas presta continência ao Comandante da Unidade.
- C. () A tropa mecanizada, motorizada ou blindada não presta continência.
- D. () Os oficiais da reserva ou reformados e os militares estrangeiros só têm direito à continência da tropa quando uniformizados.

9ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução nº 3836, de 02 de janeiro de 2006, que Estabelece as Diretrizes da Educação de Polícia Militar da Polícia Militar de Minas Gerais:

- A. () o Treinamento Técnico Geral (TTG) será aplicado semestralmente a todos os militares, independente de sua atividade, devendo cuidar da correção de desvios mais comuns e abordar assuntos técnicos e doutrinários.
- B. () o Treinamento Técnico Específico (TTE) será ministrado quinzenalmente ao militar, conforme sua área de atuação, mediante palestras proferidas por profissionais com notório conhecimento, visitas e outras atividades sobre assuntos específicos, cabendo aos Comandantes de Unidade o detalhamento dos efetivos que participarão deste tipo de Treinamento Técnico (TT).
- C. () o Treinamento Tático (TTa) consiste em atividade teórica, que tem por finalidade preparar o efetivo a ser lançado no turno operacional nas diversas Frações e deverá abordar exclusivamente assuntos da execução operacional.
- D. () os militares submetidos ao teste ergométrico, em substituição ao TCF, e nele aprovados, receberão conceito “C” para efeito de avaliação no TAF, devendo ser matriculados no PERF, conforme previsto em Resolução específica.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

10ª QUESTÃO – Ainda de acordo com a Resolução nº 3836, de 02 de janeiro de 2006, que Estabelece as Diretrizes da Educação de Polícia Militar da Polícia Militar de Minas Gerais:

- A. () O chefe do militar que receber conceito “A” em todas as avaliações previstas no § 2º do art. 45, deverá propor recompensa, nos termos do Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM).
- B. () Todos os oficiais e praças da Corporação, exceto os do Gabinete Militar do Governador, do Tribunal de Justiça Militar e os militares colocados à disposição de órgãos fora da Corporação, deverão participar de todos os tipos de Treinamento, inclusive do Treinamento Complementar, quando for o caso.
- C. () Os resultados das avaliações previstas para o período do TPB deverão ser transcritos em Atos de Resultado Final de Treinamento, conforme modelo disponibilizado pela APM, e não precisam ser assinados pelos respectivos Comandantes das Unidades executoras do TPB.
- D. () O militar dispensado definitivamente não poderá ser indicado para freqüentar os eventos do TC, mesmo que esteja exercendo atividades administrativas que tenham afinidade com o evento.

11ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução nº 3836, de 02 de janeiro de 2006, que Estabelece as Diretrizes da Educação de Polícia Militar da Polícia Militar de Minas Gerais:

- A. () o TT e o TDPP serão ministrados separadamente do TEF não podendo ser executados no mesmo dia.
- B. () o Treinamento de Educação Física (TEF) será desenvolvido com observância dos princípios gerais do condicionamento físico, especialmente o da individualidade biológica.
- C. () o Teste de Avaliação Física (TAF) será aplicado anualmente, conforme Resolução específica, durante o período de realização do TPB presencial ou a distância.
- D. () os militares reprovados no controle fisiológico (CF) do TAF serão também considerados reprovados no TAF e não poderão ser matriculados no PERF.

12ª QUESTÃO – Conforme Instrução nº 01/05 da Corregedoria da Polícia Militar no que tange ao Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade (CEDMU) é **CORRETO** afirmar que o militar poderá compor:

- A. () simultaneamente, mais de um CEDMU de Unidades diferentes.
- B. () mais de um CEDMU na Unidade, simultaneamente.
- C. () apenas um CEDMU na Unidade anualmente.
- D. () simultaneamente mais de um CEDMU na Unidade ou em Unidades diferentes

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

13ª QUESTÃO – De acordo com Resolução nº 3890/06-CG, de 08 de novembro de 2006 que dispõe sobre aquisição, registro, cadastro, porte e controle interno de arma de fogo do acervo patrimonial da Instituição e de propriedade particular de militar:

- A. () o militar da ativa, o da reserva remunerada e o reformado, não poderão adquirir arma de fogo e munição de uso permitido, destinadas a uso próprio, no comércio, na indústria ou de terceiros.
- B. () o militar que sofrer a perda da propriedade de arma por inutilização, extravio, furto ou roubo, não poderá adquirir outra mesmo que comprovado o fato perante a autoridade policial-militar competente.
- C. () o militar que transferir a propriedade de arma por venda, permuta, doação ou doação em pagamento, somente poderá adquirir outra depois de comprovado o fato perante a autoridade policial-militar competente, que fará publicar o reconhecimento da situação em Boletim Reservado e registrar as informações no Sistema de Administração de Armas e Munições da Polícia Militar (SAAM/PM), para atualização do cadastro.
- D. () o militar da ativa interessado em adquirir arma de fogo e munição, de uso permitido, depende de autorização prévia do Comandante Geral.

14ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução de Corregedoria nº 01/05 que estabelece orientações sobre a elaboração de processos e procedimentos administrativos disciplinares, no âmbito da Instituição:

- A. () mesmo havendo indícios de crime militar a autoridade que tomou conhecimento do fato deve proceder à instauração de Portaria de sindicância para apuração do ocorrido.
- B. () a Sindicância somente será novamente renumerada em caso de se transformar em processo ou procedimento diverso, ou seja, Inquérito Policial Militar (IPM), Processo Administrativo Disciplinar (PAD/PADS) ou quando alguma outra necessidade, devidamente justificada e fundamentada assim o exigir.
- C. () uma Portaria de Sindicância não deve fazer referência à infração penal comum, neste caso a autoridade delegante deve cuidar para que o fato seja devidamente comunicado ao Delegado de Polícia ou Promotor de Justiça do local onde o fato foi registrado/ocorreu.
- D. () se, depois de iniciada a sindicância, o sindicante verificar indícios da prática de crime comum, deverá cessar os trabalhos de apuração do fato disciplinar, extraindo-se dos autos, cópia das peças necessárias, dando conhecimento imediato à autoridade de polícia judiciária ou Ministério Público da Comarca onde foi verificado o fato criminoso.

15ª QUESTÃO - O capítulo V da Instrução nº 01/05 da Corregedoria da Polícia Militar disserta sobre BIS IN IDEM, que nada mais é que o instituto jurídico que:

- A. () incrementa a aplicação irrestrita do contraditório e da ampla defesa em nível "interna corporis".
- B. () desdobra o princípio do contraditório no binômio "ciência/participação".
- C. () veda a dupla punição na mesma esfera pelo mesmo ato ilícito, o qual se desdobra em infrações penais e em administrativas.
- D. () cria o duplo grau de interposição de recursos disciplinares, tendo em ambas instâncias o efeito suspensivo.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

16ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução de Corregedoria nº 01/05, que estabelece orientações sobre a elaboração de processos e procedimentos administrativos disciplinares, no âmbito da Instituição:

- A. () a notificação do sindicato para a etapa acusatória é de, no mínimo, 48h, ou 02 (dois) dias corridos e somente será confeccionada quando o sindicante verificar a existência, em tese, da prática de transgressão disciplinar.
- B. () a defesa prévia deve ser incluída na sindicância depois da notificação do sindicato para a etapa acusatória. Ela é produzida pelo sindicato (autodefesa) ou por seu defensor constituído (advogado ou militar de maior precedência hierárquica). O sindicato é obrigado a entregar sua defesa prévia, uma vez que suas testemunhas deverão ser arroladas nesta etapa acusatória da sindicância.
- C. () a defesa prévia, nas sindicâncias em que houver a necessidade da etapa acusatória, é o momento oportuno para que o sindicato apresente suas testemunhas de defesa e indique os meios de prova que pretende usar para demonstrar sua inocência. Referida circunstância deverá ser esclarecida ao sindicato, formalmente, quando da notificação para defesa prévia
- D. () se a autoridade delegante receber a sindicância sem a etapa acusatória, e entender que existem diligências complementares a serem produzidas, ou mesmo a prática, em tese, de transgressão disciplinar, deverá solucionar o procedimento e instaurar uma nova Portaria.

17ª QUESTÃO – De acordo com o Mem. Circ. n.º 11.866.2/02-EMPM, de 19 de agosto de 2.002, que dispõe sobre Infrações disciplinares de pequeno potencial ou consideradas menores:

- A. () o militar deve, não só no desempenho de suas atividades públicas, como em outras, conduzir-se de modo impecável, evitando-se o cometimento de transgressões, mesmo as consideradas menores, os maus costumes e os maus hábitos que possam influir negativamente na comunidade e na Instituição.
- B. () o Código de Ética e Disciplina dos Militares – CEDM – representa um instituto evoluído, cujo espírito é valorizar a ética, acima da própria disciplina, buscando inserir princípios, de forma a que cada militar tenha conduta moral e profissional irrepreensíveis, seja em relação ao público interno, seja em relação à sociedade
- C. () as ocorrências de delitos militares ou transgressões mais graves, não guardam nenhuma relação com o cometimento de pequenas infrações e deslizes à ordem hierárquica-disciplinar mas mesmo assim, se não forem coibidos no momento oportuno, geram principalmente impunidade e um sentimento de permissividade.
- D. () para melhorar a qualidade na prestação de serviços, deve-se cumprir integralmente as normas, particularmente as relativas à hierarquia e à disciplina, combatendo-se todos os tipos de deslizes e transgressões disciplinares, exceto as consideradas menores e mais simples ou de pequeno potencial a fim de se evitar desgastes da Instituição junto à comunidade.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

18ª QUESTÃO – Considerando o teor do Memorando Circular nº 11.271.2/04– EMPM, que trata da “Acumulação ilícita de cargos públicos”, marque a única alternativa **CORRETA**:

- A. () a Emenda Constitucional nº: 34, de 13dez01, que prevê a acumulação de cargos públicos pelos profissionais da saúde, pode ser aplicada aos integrantes do Quadro de Oficiais da Saúde (QOS).
- B. () a acumulação ilícita de cargos públicos, para os militares estaduais, acarreta a demissão.
- C. () a acumulação ilícita de cargos públicos, para os militares estaduais, acarreta transferência para a reserva não remunerada.
- D. () a acumulação ilícita de cargos públicos, para os militares estaduais, acarreta a transferência para a reserva remunerada.

19ª QUESTÃO - A tropa de prontidão do Batalhão “X”, desarmada e descansando no alojamento, recebe ordem do oficial de serviço para entrar em forma minutos antes do início do jogo final da Copa América, entre “Brasil X Argentina”, pelo que se negam a cumprir ordem. Em relação à conduta dos policiais militares, pode-se afirmar:

- A. () configura o crime de revolta.
- B. () não configura crime, nem transgressão disciplinar.
- C. () configura apenas transgressão disciplinar.
- D. () configura o crime de motim.

20ª QUESTÃO – Durante o serviço de policiamento ostensivo no Parque de Exposições da Gameleira, o Soldado “A”, elegante, forte e simpático, não resiste aos encantos de uma linda jovem e com ela troca carícias e protagoniza longo beijo na boca. Para sua infelicidade, o fato é visto pelo Capitão PM Comandante do Policiamento, que comenta sua decisão de realizar a comunicação disciplinar do Soldado. Ao tomar conhecimento da postura do Oficial, o Soldado A vai até o posto de comando, coloca-se “face a face” com o Oficial e, aos gritos, perante um grupo de militares ali presentes, profere as seguintes palavras: “você vai fazer comunicação minha? Não há motivos para isto”. E diante da postura serena do Oficial, que confirma sua decisão de confeccionar a comunicação disciplinar, o Soldado insiste: “Isso é um absurdo. Estou ralando e você ainda me persegue”, palavras ditas também em tom elevado. Após, o soldado se retira deixando o Capitão falando sozinho. Em relação à conduta descrita, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O Soldado “A” cometeu o crime de desrespeito a superior.
- B. () O Soldado “A” cometeu o crime de recusa de obediência.
- C. () O Soldado “A” não cometeu crime, apenas transgressão disciplinar.
- D. () O Soldado “A” cometeu o crime de violência contra superior.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

21ª QUESTÃO – Durante a realização de uma blitz de trânsito, o Soldado “B” flagra um indivíduo inabilitado conduzindo um veículo. Ante a adoção das medidas legais por parte do Policial Militar, o condutor do veículo oferece ao Soldado a quantia de R\$300,00 (trezentos Reais) para ser liberado, o que de pronto é aceito. Assim, o Militar recebe o dinheiro e libera o infrator. Em relação à conduta do Militar, face ao Código Penal Militar tem-se que ele cometeu o crime de:

- A. () **corrupção passiva.**
- B. () corrupção ativa.
- C. () concussão.
- D. () excesso de Exação.

22ª QUESTÃO – Em relação ao crime de peculato em sua forma culposa prevista no Código Penal Militar, havendo a reparação do dano pelo Militar antes da sentença irrecorrível, ocorrerá:

- A. () reduz de metade a pena imposta.
- B. () **extinção da punibilidade.**
- C. () reduz de um terço a pena imposta.
- D. () reduz de um sexto a pena imposta.

23ª QUESTÃO - De acordo com o Código Penal Militar (CPM), marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O crime de violência arbitrária não admite tentativa, pois trata-se de crime material.
- B. () **A emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, configura o crime de cheque sem fundos, se a emissão é feita de Militar em favor de Militar.**
- C. () O sujeito ativo do crime de desobediência é o Estado.
- D. () Ocorre o crime de conspiração quando dois ou mais Militares combinam entre si a prática de qualquer crime previsto no C.P.M.

24ª QUESTÃO – Em relação ao que dispõe a Lei nº 4.898/65, que trata do abuso de autoridade, é **CORRETO** afirmar:

- A. () a representação da vítima noticiando fato que caracteriza abuso de autoridade ao Ministério Público, acarretará ao aludido órgão o prazo de 05(cinco) dias para o oferecimento da denúncia.
- B. () se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará a remessa da representação ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, para análise e decisão.
- C. () **considera-se autoridade, para os efeitos da Lei 4.898/65, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.**
- D. () a audiência de instrução e julgamento sempre será pública.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

25ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 4.898/65, o abuso de autoridade sujeitará o seu autor às seguintes sanções:

- A. () Administrativa e penal, apenas.
- B. () Civil e Penal, apenas.
- C. () Apenas penal.
- D. () **Administrativa, Civil e penal.**

26ª QUESTÃO – Em relação ao teor da Lei nº 9.455, de 07/04/1997, que define os crimes de tortura, marque a única alternativa **CORRETA**:

- A. () **o disposto na Lei nº9.455/97 aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.**
- B. () o cumprimento da pena será sempre iniciado em regime fechado.
- C. () o crime de tortura somente pode ser praticado por agentes públicos integrantes das forças de segurança dos Estados e Municípios, bem como os integrantes das Forças Armadas.
- D. () o crime de tortura é suscetível de graça ou anistia.

27ª QUESTÃO – O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. Para os efeitos da Lei nº 9.099, de 26/11/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo:

- A. () as contravenções penais e os crimes a que a Lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.
- B. () **as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.**
- C. () as contravenções penais.
- D. () os crimes a que a Lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.

28ª QUESTÃO - As afirmativas abaixo dizem respeito à Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais. Analise-as e, a seguir, responda o que se pede.

- I – A competência do juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- II – Os atos processuais serão públicos e realizados somente em horário diurno e em dias úteis.
- III – O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade.
- IV – Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A. () I, II, III e IV.
- B. () **I, III e IV apenas.**
- C. () II, III e IV apenas.
- D. () II e III apenas.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

29ª QUESTÃO - Os processos perante o Juizado Especial, segundo previsto na Lei nº 9.099/95, orientar-se-ão, dentre outros, pelos seguintes critérios:

- A. () razoabilidade, morosidade e oficiosidade.
- B. () simplicidade, informalidade e economicidade.
- C. () oralidade, artificialidade e formalidade;
- D. () **oralidade, informalidade e celeridade.**

30ª QUESTÃO – As afirmativas abaixo dizem respeito à Lei nº 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito. Analise-as e, a seguir responda o que se pede.

- I – Apenas o Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- II – Nas ações de improbidade administrativa, é permitida a transação, acordo ou conciliação, com vistas a facilitar o ressarcimento do patrimônio público lesado.
- III – Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- IV – O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da Lei 8.429/92 até o limite do valor da herança.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A. () I, II, III e IV.
- B. () **III e IV apenas.**
- C. () I e II apenas.
- D. () I, III e IV apenas.

31ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, durante uma abordagem a veículo, a viatura policial deverá ser posicionada da seguinte forma:

- A. () aproximando-se pela traseira a viatura será mantida numa inclinação de aproximadamente 90 graus do veículo a ser abordado.
- B. () **aproximando-se pela traseira a viatura será mantida numa inclinação de aproximadamente 45 graus do veículo a ser abordado.**
- C. () aproximando-se pela frente a viatura será mantida numa inclinação de aproximadamente 90 graus do veículo a ser abordado.
- D. () aproximando-se pela lateral, a viatura será mantida ao lado do veículo a ser abordado.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

32ª QUESTÃO – Tomando por base os procedimentos para uso de algemas contidos no Manual de Prática Policial, marque (V) para as assertivas verdadeiras e (F) para as falsas. Após, assinale a opção que corresponde a sequência **CORRETA**.

- 1. () A posição padrão básica para algemar é a posição de joelhos.
- 2. () Reduzir o agravamento da ocorrência é um dos objetivos primários do uso de algemas.
- 3. () O uso de algemas em contraventores é obrigatório.
- 4. () Outra alternativa para algemar é a posição em que o suspeito está deitado.

- A. () F, F, F, V.
- B. () F, V, F, V.
- C. () V, V, V, F.
- D. () V, V, F, V.

33ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, quais são os Princípios Essenciais para o Uso da Força?

- A. () Legalidade, Moralidade, Necessidade, Conveniência.
- B. () Legalidade, Necessidade, Conveniência, Proporcionalidade.
- C. () Legalidade, Moralidade, Conveniência, Proporcionalidade.
- D. () Legalidade, Necessidade, Moralidade, Proporcionalidade.

34ª QUESTÃO – Após assumir o serviço de policiamento motorizado de 4º/1º turnos na 3ª Cia/1º BPM, a equipe composta por 02 (dois) graduados recebe do CP Cia a determinação de realizar patrulhamento na Região da Savassi. Em relação aos níveis de alerta, antecipação, concentração e autocontrole, é **CORRETO** afirmar que a GURp deverá atuar em:

- A. () estado de Alerta.
- B. () estado Relaxado.
- C. () estado de Atenção.
- D. () estado de Alarme.

35ª QUESTÃO – Durante o atendimento de uma ocorrência policial, um Sargento PM se depara com um suspeito que adota postura agressiva. Tomando por base os estágios relativos ao processo mental da agressão, assinale a sequência correta dos passos que o graduado deve seguir para responder à possível agressão.

- A. () Decidir, Identificar, Certificar e Agir.
- B. () Identificar, Certificar, Decidir e Agir.
- C. () Identificar, Decidir, Certificar e Agir.
- D. () Decidir, Certificar, Identificar e Agir.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

36ª QUESTÃO – As assertivas abaixo referem-se aos procedimentos e conceitos estabelecidos pelo Manual de Prática Policial em relação à busca pessoal. Após marcar (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas, assinale a alternativa que corresponde à sequência **CORRETA**:

1. () A busca ligeira normalmente é utilizada à entrada das casas de diversões públicas, nos portões de campos de futebol ou em outros estabelecimentos afins. É uma revista rápida procedida nas pessoas que ali comparecem.
 2. () Na busca minuciosa o suspeito se despirá, entregando seu vestuário ao policial. É feita em recinto fechado a fim de evitar a aglomeração de curiosos e o constrangimento do suspeito a ser revistado.
 3. () A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita que a pessoa esteja armada.
 4. () As mulheres também estão sujeitas aos mesmos tipos de buscas efetuadas em homens.
- A. () F, F, V, F.
B. () V, F, V, V.
C. () V, V, V, V.
D. () F, V, F, F.

37ª QUESTÃO – O uso da Força Letal constitui-se em medida extrema e somente é justificado para a legítima defesa da vida. Nesse sentido, o Manual de Prática Policial instituiu o chamado “Triângulo da Força Letal”, que é um modelo de tomada de decisão designado para desenvolver a capacidade policial militar para responder a encontros de força, permanecendo dentro da legalidade e de parâmetros aceitáveis. Quais são os três fatores que compõem este triângulo e que, necessariamente, devem estar presentes para justificar o uso da Força Letal?

- A. () Habilidade, Oportunidade, Risco.**
B. () Habilidade, Capacidade física, Risco.
C. () Verbalização, Habilidade, Risco.
D. () Verbalização, Habilidade, Oportunidade.

38ª QUESTÃO – Após o registro de um roubo a mão armada na Padaria Tempão, a Central de Operações aciona sua GURp para atendimento da ocorrência policial, que é considerada de alto risco. Durante o rastreamento, sua equipe de serviço depara com um veículo parado em local descampado, ostentando as características do veículo utilizado na prática do crime, com uma pessoa em seu interior. Sua viatura é posicionada da maneira correta, à retaguarda do veículo suspeito, para início da abordagem. Um bom procedimento é fazer uso da segurança que a própria viatura oferece. De acordo com o Manual de Prática Policial marque a opção que corresponde à posição e ao local mais seguro para você se abrigar, considerando que você é o Policial nº 2.

- A. () Ajoelhado ao lado da roda dianteira esquerda da viatura.
B. () Desce da viatura pelo lado esquerdo e posta-se de pé atrás da viatura, fazendo a segurança da retaguarda da guarnição.
C. () Permanece coberto e abrigado no interior da viatura.
D. () Desloca-se para a retaguarda da viatura pelo seu lado direito, tomando a posição de tiro de joelho em barricada.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

39º QUESTÃO - É tarefa do policial ao entrar em qualquer ponto de foco:

- A. () Abrigar, identificar, decidir e agir.
- B. () **Conter, isolar e controlar ameaças.**
- C. () Conter, isolar e negociar.
- D. () Abordar, verbalizar, conduzir e registrar.

40ª QUESTÃO - Em conformidade com o previsto no Manual de Prática Policial, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () **uma das formas de abordar partindo da posição de pé, sem que haja uma superfície vertical para que o suspeito se apóie, é determinar ao suspeito que fique de costas para o militar, que abra as pernas e coloque a mão sobre a cabeça com os dedos entrelaçados.**
- B. () a posição em que o suspeito fica apoiado em um veículo com as pernas abertas e semi-equilibrado é a que oferece maior controle ao militar para executar a busca.
- C. () na busca minuciosa após verificar os pertences e apalpar todo o vestuário, o militar recomenda ao suspeito que se retire suas roupas. Com o suspeito já despido o militar verifica o cabelo, as partes íntimas e todas as cavidades do corpo.
- D. () a posição padrão básica para algemar é a posição de pé com o suspeito apoiado em uma superfície vertical com os braços e a cabeça colados à superfície.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º SGT QPE / 2007 – PROVA II

RASCUNHO – GABARITO

1		11		21		31	
2		12		22		32	
3		13		23		33	
4		14		24		34	
5		15		25		35	
6		16		26		36	
7		17		27		37	
8		18		28		38	
9		19		29		39	
10		20		30		40	